

Aprovo.



PROGRAMA DO CONCURSO

CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO

(Cfr. artigo 164º do Código dos Contratos Públicos)

AQUISIÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE INTERPRETAÇÃO E TRADUÇÃO DE DOCUMENTOS

Ref.^a Interna: 23/ACT/DRI/2025

ÍNDICE

Artigo 1.º - Identificação do concurso.....	1
Artigo 2.º - Entidade adjudicante.....	1
Artigo 3.º - Decisão de contratar	1
Artigo 4.º - Concorrentes	2
Artigo 5.º - Consulta e disponibilização das peças do procedimento.....	2
Artigo 6.º - Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento	2
Artigo 7.º - Modelo de qualificação dos candidatos.....	3
Artigo 8.º - Requisitos mínimos de capacidade técnica.....	3
Artigo 9.º - Documentos destinados à qualificação dos candidatos	4
Artigo 10.º - Documentos da candidatura	4
Artigo 11.º - Modo de Apresentação da Candidatura	5
Artigo 12.º - Prazo de apresentação das candidaturas	5
Artigo 13.º - Análise das candidaturas e decisão de qualificação.....	5
Artigo 14.º - Documentos que integram a Proposta	6
Artigo 15.º - Modo de Apresentação da Proposta	7
Artigo 16.º - Modo de indicação do preço	7
Artigo 17.º - Prazo de apresentação das propostas	8
Artigo 18.º - Propostas variantes	8
Artigo 19.º - Prazo de manutenção das propostas	8
Artigo 20.º - Critério de adjudicação	8
Artigo 21.º - Critérios de desempate	8
Artigo 22.º - Negociação	9
Artigo 23.º - Relatório Preliminar.....	9
Artigo 24.º - Audiência Prévia	10
Artigo 25.º - Relatório Final	10
Artigo 26.º - Dispensa do Júri	11
Artigo 27.º - Adjudicação e notificação da decisão.....	11
Artigo 28.º - Documentos de habilitação	11
Artigo 29.º - Apresentação dos documentos de habilitação por agrupamentos.....	13
Artigo 30.º - Minuta do contrato	13
Artigo 31.º - Contrato	14
Artigo 32.º - Encargos.....	14
Artigo 33.º - Legislação aplicável	14

Artigo 1.º - Identificação do concurso

1. O presente procedimento é um Concurso Limitado por Prévia Qualificação nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado CCP) na sua redação atual, com a referência interna 23/ACT/DRI/2025, cujo objeto visa a aquisição dos serviços especializados de interpretação e tradução de documentos, de acordo com as cláusulas jurídicas e técnicas constantes do Caderno de Encargos e das demais peças do procedimento.
2. A descrição do objeto principal obedece à classificação CPV (*Common Procurement Vocabulary*), 79540000-1 Serviços de interpretação, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, que alterou o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Artigo 2.º - Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a Autoridade para as Condições do Trabalho, abreviadamente designada por ACT, com sede na Praça de Alvalade, n.º 1, 1749-073 Lisboa, com o número de telefone 217 924 500 e os correios eletrónicos: secretariado.direcao@act.gov.pt ou dsag.mail@act.gov.pt.

Artigo 3.º - Decisão de contratar

1. Considerando o preço base fixado para o presente procedimento, a decisão de contratar foi tomada através do despacho do Secretário de Estado do Trabalho, Dr. Adriano Rafael Sousa Moreira, exarado sobre a Informação n.º I-SG/DJC/9779/2025, na data 05/05/2025, ao abrigo das competências que lhe foram conferidas em sede da alínea b) do Ponto 4 do Despacho n.º 5948/2024, publicado no Diário da República, 2.ª Série, N.º 102, de 27 de maio de 2024, proferido pela Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Dr.ª Maria do Rosário Palma Ramalho.

2. Foi subdelegada pelo Secretário de Estado do Trabalho, Dr. Adriano Rafael Sousa Moreira, na Inspetora-Geral da ACT, Dr.ª Maria Fernanda Ferreira Campos, a competência para tramitar o procedimento cuja decisão de contratar e a realização da despesa foram (como é o caso) previamente decididas pelo mesmo, conforme consta do despacho exarado na Informação n.º SG/DJC/9779/2025 e com data de 05/05/2025.

Artigo 4.º - Concorrentes

1. Podem apresentar propostas as pessoas singulares e coletivas que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.
2. A ocorrência de qualquer um dos impedimentos previstos no artigo 55.º do CCP implica a imediata exclusão do concorrente, sem prejuízo do estipulado no artigo 55.º-A do mesmo diploma legal.
3. É permitida a apresentação de propostas por agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
4. Os membros de um agrupamento serão solidariamente responsáveis perante a ACT, perante a proposta apresentada.

Artigo 5.º - Consulta e disponibilização das peças do procedimento

1. As peças do concurso público estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República.
2. Peças que podem, ainda, ser consultadas pelos interessados nas instalações da Direção de Serviços de Apoio à Gestão da ACT, sitas na Praça de Alvalade, n.º 1, 1749-073 Lisboa, das 09h30 às 12h30 e das 14h00 às 16h30, desde o dia da publicação do respetivo anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 6.º - Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento

1. Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 50.º do CCP, os interessados podem solicitar e/ou apresentar, por escrito, através da plataforma eletrónica e no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento; e
 - Os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 50.º do CCP, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - O júri do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados, através da plataforma eletrónica;
 - O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
3. Os esclarecimentos, retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados são publicados na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, sendo os interessados que as tenham obtido imediatamente notificados desse facto.
4. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência, conforme disposto no n.º 9 do artigo 50.º do CCP.

Artigo 7.º - Modelo de qualificação dos candidatos

1. A qualificação dos candidatos assenta no modelo simples de qualificação conforme dispõe o artigo 179.º do CCP.
2. São qualificados todos os candidatos que preencham os requisitos mínimos de capacidade técnica.

Artigo 8.º - Requisitos mínimos de capacidade técnica

Os candidatos devem preencher os seguintes requisitos mínimos de capacidade técnica, nomeadamente, serem detentores da:

- a) **Certificação ISO 23155** que estabelece requisitos para a prestação de serviços de interpretação de conferências há pelo menos 5 (cinco) anos;
- b) **Certificação ISO 17100** de gestão de qualidade nos serviços de tradução há pelo menos 5 (cinco) anos e
- c) **Certificação ISO 18587** que regula a área da gestão e produção de conteúdo multilingue há pelo menos 5 (cinco) anos.

Artigo 9.º - Documentos destinados à qualificação dos candidatos

São destinados à qualificação dos candidatos os seguintes documentos:

- a) Comprovativo da titularidade e da periodicidade da certificação exigida na alínea a) do artigo 8.º deste programa;
- b) Comprovativo da titularidade e da periodicidade da certificação exigida na alínea b) do artigo 8.º deste programa e
- c) Comprovativo da titularidade e da periodicidade da certificação exigida na alínea c) do artigo 8.º deste programa.

Artigo 10.º - Documentos da candidatura

1. A candidatura, instruída nos termos do artigo 168.º do CCP, é constituída pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) eletrónico;
- b) Os documentos exigidos no artigo 9.º deste programa e
- c) Documentos comprovativos da vinculação dos subscritores da candidatura e da declaração prevista na alínea a), à forma de obrigar prevista para o candidato em apreço (certidão permanente, procuração, contrato, consórcio), de acordo com os números 4.º e 5.º do artigo 57.º do CCP.

2. Os candidatos que se apresentem como agrupamentos devem observar o regime do CCP previsto para o efeito.

Artigo 11.º - Modo de Apresentação da Candidatura

1. Os documentos referidos nos n.º 1 do artigo anterior são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou quando, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente certificada.
2. Os concorrentes deverão assinar eletronicamente todos os documentos que associarem à candidatura, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, de acordo com o estipulado no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 agosto.
3. Os documentos que constituem a candidatura são apresentados diretamente através de meios eletrónicos, com recurso à plataforma eletrónica.
4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, os candidatos que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto à ACT, nos termos do artigo 176.º do CCP.

Artigo 12.º - Prazo de apresentação das candidaturas

1. A candidatura deve ser apresentada até às **23h59 horas do 33.º dia** a contar da data de envio do anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia.
2. É considerada como data de envio do anúncio a data do pagamento do mesmo.
3. O prazo referido no número 1 é contínuo.

Artigo 13.º - Análise das candidaturas e decisão de qualificação

1. À análise e subsequente tramitação das candidaturas é aplicável o regime previsto nos artigos 178.º a 188.º do CCP.
2. O órgão competente para a decisão de contratar toma a decisão de qualificação no prazo máximo de 44 (quarenta e quatro) dias após o termo do prazo para a

apresentação das candidaturas e notifica-a aos candidatos, concedendo-lhe um prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação dos documentos comprovativos do cumprimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica exigidos, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 187.º do CCP.

3. Cumprindo o disposto no artigo 187.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar notifica todos os candidatos da decisão tomada e envia em simultâneo aos candidatos qualificados um convite para apresentação de proposta nos termos do artigo 189.º do CCP.

Artigo 14.º - Documentos que integram a Proposta

A proposta, instruída nos termos do artigo 57.º do CCP, é constituída pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) eletrónico;
- b) Proposta de preço, em algarismos e por extenso, atendendo às necessidades de aquisição estabelecidas no Caderno de Encargos, onde deve constar:
 - i. O preço global da proposta;
 - ii. Preço unitário por cada tipologia de evento de interpretação descrita na cláusula 32.ª do Caderno de Encargos;
 - iii. Preço unitário por cada palavra nas línguas especificadas na cláusula 34.ª do Caderno de Encargos;
 - iv. Comprovativo da inscrição em associação profissional ao abrigo da cláusula 36.ª do Caderno de Encargos;
 - v. A indicação, em separado, do acréscimo de IVA à taxa legal em vigor relativamente ao preço total apresentado.
- c) Documentos comprovativos da vinculação dos subscritores da proposta e da declaração prevista na alínea a), à forma de obrigar prevista para o concorrente em apreço (certidão permanente, procuração, contrato, consórcio), de acordo com os números 4.º e 5.º do artigo 57.º do CCP.

3. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis.

Artigo 15.º - Modo de Apresentação da Proposta

1. Os documentos referidos nos n.ºs 2 e 3 do artigo anterior são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou quando, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente certificada.
2. Os concorrentes deverão assinar eletronicamente todos os documentos que associarem à proposta, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, de acordo com o estipulado no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 agosto.
3. Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente através de meios eletrónicos, com recurso à plataforma eletrónica.
4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto à ACT, nos termos do artigo 137.º do CCP.

Artigo 16.º - Modo de indicação do preço

1. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA à taxa legal em vigor.
2. Preços que são indicados em euros e devem ser apresentados com arredondamentos a duas casas decimais.
3. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
4. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

5. No caso de discrepância entre os preços apresentados na proposta e quaisquer outros apresentados em documentos que a acompanhem prevalecem os primeiros.

Artigo 17.º - Prazo de apresentação das propostas

1. A proposta deve ser apresentada até às **23h59 horas** do **25.º dia** a contar da data de envio do convite na plataforma eletrónica acinGov.
2. O prazo referido no número 1 é contínuo.

Artigo 18.º - Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes, pelo que os concorrentes apenas poderão apresentar uma única proposta (cfr. n.ºs 1, 2 e 7 do artigo 59.º do CCP).

Artigo 19.º - Prazo de manutenção das propostas

1. Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de **90 (noventa) dias** contínuos contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.
2. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis perante a ACT pela manutenção da proposta.

Artigo 20.º - Critério de adjudicação

A adjudicação será realizada nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, determinada através da modalidade “Monofator”, de acordo com a avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

Deste modo, o critério de adjudicação a adotar será o *preço mais baixo*.

Artigo 21.º - Critérios de desempate

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 74.º do CCP, caso duas ou mais propostas apresentem uma Classificação Final igual aplicar-se-á o **sorteio**

que se rege pelos seguintes termos:

- a) O sorteio será conduzido pelos membros do júri do procedimento;
- b) A sua realização ocorrerá presencialmente nas instalações da Direção de Serviços de Apoio à Gestão, sitas na Praça de Alvalade n.º 1, 1749-073 Lisboa, ou remotamente, com recurso a meios eletrónicos de comunicação e imagem;
- c) A não comparência de algum ou de todos os concorrentes não constitui fundamento de adiamento do sorteio, sendo que o mesmo se realizará após 15 (quinze) minutos da hora marcada;
- d) O júri do procedimento comunica aos interessados, com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, a data, a hora e o local em que ocorrerá o sorteio, para, querendo, os mesmos nele se fazerem representar;
- e) O sorteio consiste na retirada de bolas identificadas com o número de entrada das propostas, definido em função da data e da hora de submissão das mesmas na plataforma eletrónica;
- f) A 1.ª bola retirada corresponderá ao desempate que suscitou a realização do sorteio;
- g) Serão retiradas todas as bolas, com vista a ordenar os concorrentes e acautelar eventuais problemas na fase da apresentação e análise dos documentos de habilitação;
- h) Da sessão será lavrada ata, que deve ser assinada pelo júri e pelos representantes dos concorrentes presentes.

Artigo 22.º - Negociação

Não haverá lugar à negociação das propostas.

Artigo 23.º - Relatório Preliminar

1. Após a análise das propostas e da aplicação do critério de adjudicação, o júri

elabora, fundamentadamente, um relatório preliminar, no qual propõe a respetiva ordenação.

2. No relatório preliminar o júri propõe, fundamentadamente, a exclusão das propostas sempre que se verifique qualquer das situações enunciadas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 146.º do CCP.
3. O relatório faz ainda, caso existam, referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.

Artigo 24.º - Audiência Prévia

O júri disponibiliza na plataforma eletrónica o relatório preliminar a todos os concorrentes, fixando um prazo não inferior a 5 (cinco) dias úteis, para que os mesmos, querendo, se pronunciem, ao abrigo do direito de audiência prévia, salvo se tiver sido apresentada uma única proposta, aplicando-se, neste caso, o disposto no artigo 125.º do CCP.

Artigo 25.º - Relatório Final

1. Decorrido o prazo para a audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e conclusões do relatório preliminar.
2. O júri pode ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de quaisquer motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
3. Se do relatório final resultar alteração da ordenação das propostas constantes do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos do disposto no artigo 147.º do CCP, sendo subsequentemente aplicável o disposto no n.º 1 do artigo 148.º do CCP.
4. O relatório final, em conjunto com todos os documentos que compõem o processo de concurso público, é remetido ao órgão competente para a decisão de contratar, para decisão sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente, para efeitos de adjudicação.

Artigo 26.º - Dispensa do Júri

No caso de ser apresentada apenas uma proposta o júri é dispensado do exercício das suas funções nos termos do n.º 4 do artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 27.º - Adjudicação e notificação da decisão

1. O órgão competente para a decisão de contratar decide sobre a adjudicação e notifica-a em simultâneo a todos os concorrentes na plataforma eletrónica, até ao termo do prazo de obrigação de manutenção das propostas, acompanhado, se for o caso, do relatório final da análise das propostas.
2. Por motivo devidamente justificado, a decisão da adjudicação pode ser tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido no número anterior, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi a escolhida.
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação exigidos no artigo seguinte e se pronunciar sobre a minuta do contrato.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato na modalidade do consórcio, nos termos do disposto nos artigos 1.º a 20.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.
5. O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de chefe do consórcio, único interlocutor responsável perante a ACT, devendo ser-lhe conferidos no mesmo ato por procuração, os poderes a que se referem as alíneas a), b), c) e d) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

Artigo 28.º - Documentos de habilitação

1. Em cumprimento do disposto no artigo 81.º do CCP, o adjudicatário deve apresentar, através da plataforma eletrónica, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**,

sob pena da caducidade da adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

- i. **Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II**, na sua redação atual, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, assinada pelo concorrente ou por **representante que tenha poderes para o obrigar**;
- ii. **Declaração da situação contributiva regularizada relativamente a contribuições para a segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- iii. **Certidão que ateste a situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal** ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- iv. **Certificado de registo criminal** de pessoa singular ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, de pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
- v. **Certidão Permanente de Registo Comercial**, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
- vi. **Declaração do Beneficiário Efetivo**, com a identificação de todas as pessoas singulares que, ainda que de forma indireta ou através de terceiros, detenham a propriedade ou o controlo efetivo da entidade jurídica, no âmbito do Regime Jurídico do Registo Central de Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, alterada pela Lei n.º 58/2020, de 31 de agosto e regulamentada pelas Portarias n.º 233/2018, de 21 de agosto, e

n.º 200/2019, de 28 de junho.

2. Os documentos referidos nas alíneas ii., iii., iv. e v. do número anterior podem ser disponibilizados através do código de acesso para a sua consulta online, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
3. A ACT concede ao adjudicatário o prazo de 2 (dois) dias úteis para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que constituam motivo de caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.

Artigo 29.º - Apresentação dos documentos de habilitação por agrupamentos

Quando o adjudicatário for um agrupamento de concorrentes de pessoas singulares ou coletivas:

- i. Os documentos previstos nas alíneas i) a vi) do artigo anterior devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou respetivos representantes, caso ainda não tenham sido apresentados;
- ii. Os documentos previstos nas alíneas ii) a v) do artigo anterior devem ser apresentados por todas as entidades que integram o agrupamento.

Artigo 30.º - Minuta do contrato

1. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. Após a aprovação da minuta do contrato o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, podendo propor ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos e dentro dos limites previstos no artigo 99.º do CCP.
3. A minuta do contrato e os ajustamentos eventualmente propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes à respetiva notificação.
4. As reclamações da minuta do contrato só podem ter por fundamento a previsão

de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.

5. No prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
6. Os ajustamentos ao contrato que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.
7. Os ajustamentos que tenham sido aceites pelo adjudicatário são notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

Artigo 31.º - Contrato

1. A outorga do contrato obedecerá os prazos previstos no artigo 104.º do CCP, e a assinatura do mesmo será feita por meios eletrónicos, sendo que a ACT comunica ao adjudicatário o prazo para a outorga e respetiva remessa do contrato, não podendo em caso algum esse prazo ser inferior a 3 (três) dias úteis.
2. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não remeter o contrato assinado eletronicamente no prazo fixado para o efeito, bem como, no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado na modalidade de consórcio.

Artigo 32.º - Encargos

Todas as despesas inerentes à elaboração das propostas e à celebração do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 33.º - Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente Programa do Concurso, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual e demais legislação aplicável.